

**CONTRATO N.º 3250590000**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, DE CAXIAS DO SUL – RS E BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA.**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. João Jocemar Uez Pezzi, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 03.229.363/0003-53, com sede na Rua Marques de Olinda, n.º 420, Bairro São José, Canoas – RS, CEP 92420-580, por seu representante legal, Sr. Luiz Alfonso Fregulia, CPF n.º 652.384.279-72, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, DO AMPARO LEGAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O presente contrato é celebrado à vista do contido no Processo Administrativo n.º 2025000341, que trata do Pregão Eletrônico n.º 90028/2025, Termo de Referência, proposta da Contratada, atendendo à Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; à Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e demais legislações pertinentes à matéria, às regras e condições estabelecidas no Edital do respectivo Pregão Eletrônico e aos anexos que o integram; as despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.02 – SAD – 17.122.017.2.334 – 3.3.90.37.03.00.00.00, e, do próximo, a consignar.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, de forma contínua, mediante a disponibilização de vigilantes, armamentos, materiais, equipamentos e utensílios necessários, destinados ao atendimento das necessidades do SAMA E de Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

§ 1º O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

§ 2º O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, com dedicação de mão de obra exclusiva, tendo em vista que os serviços visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua para garantir a segurança das instalações do SAMA E e assegurar a

integridade física dos servidores e dos que transitam nas instalações do órgão, considerando que sua interrupção pode comprometer a prestação dos serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O SAMAE pagará à Contratada o valor correspondente a R\$8.306.320,30 (oito milhões trezentos e seis mil e trezentos e vinte reais e trinta centavos) pela execução do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

ITEM	CÓD. SAMAE	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)
01	8821	24015	Vigilância Patrimonial Armada, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital - 12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo.	12	mês	336.201,76	4.034.421,06
02	8821	24015	Vigilância Patrimonial Armada, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital - 12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo.	12	mês	351.818,68	4.221.824,18
03	8821	24015	Vigilância armada para o SAMAE de Caxias do Sul, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital - 12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)	2	mês	12.007,21	24.014,42
04	8821	24015	Vigilância armada para o SAMAE de Caxias do Sul, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital - 12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)	2	mês	13.030,32	26.060,64
<b>DECOMPOSIÇÃO DOS CUSTOS</b> Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: I. Custos com pessoal, (mão de obra e serviços), encargos sociais, previdenciários e trabalhistas. <b>R\$ 611.662,19</b> II. Custos com materiais, utensílios, equipamentos, tributação/lucro, etc. <b>R\$ 101.395,78</b> <b>TOTAL GERAL (I + II) R\$ 713.057,97</b>							
<b>TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES POR EXTENSO: R\$ 8.306.320,30</b>							

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidades de Serviço	PREÇO MENSAL POR UNIDADE (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)
01	Vigilância armada para o SAMAE de Caxias do Sul - 12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo	28	12.007,21	336.201,76
02	Vigilância armada para o SAMAE de Caxias do Sul - 12 x 36	27	13.030,32	351.818,68

	horas noturnas - de segunda-feira a domingo			
03	Vigilância armada para o SAMAE de Caxias do Sul - 12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)	1	12.007,21	12.007,21
04	Vigilância armada para o SAMAE de Caxias do Sul - 12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)	1	13.030,32	13.030,32
<b>TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES</b>				<b>8.306.320,30</b>

§ 1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para a execução do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte Contratada.

§ 2º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, nele estando incluídos a remuneração dos funcionários, obedecido o piso salarial da categoria, os encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive relativas a acidentes de trabalho), fiscais, tributárias e comerciais ou de qualquer outra natureza, assim como despesas com vale-transporte, alimentação, assistência médica e social, segurança e medicina do trabalho, veículos e suas manutenções, combustíveis, seguros pertinentes a execução dos serviços (veículos, equipamentos), despesas com transporte de materiais, equipamentos e funcionários, quando for o caso, despesas telefônicas, materiais, equipamentos, utensílios, uniformes, crachás e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços a serem executados.

§ 3º A Contratada é responsável exclusiva pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

§ 4º A inadimplência da Contratada com relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao SAMAE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar e/ou restringir a regularização e o uso do objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 5º Exclusivamente, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada.

§ 6º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei Federal n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 7º Em caso de reclamação trabalhista contra a Contratada, em que o SAMAE seja incluído no polo passivo da demanda, independentemente da garantia ofertada, serão retidos, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização, caso haja decisão desfavorável prolatada.

§ 8º As alterações porventura introduzidas, por imperiosa necessidade, poderão determinar variações nos volumes dos serviços relativamente ao projeto original. Estes acréscimos ou

reduções eventuais serão pagos ou descontados de acordo com os preços unitários contratuais.

§ 9º Os quantitativos foram estimados para um ano de contratação, para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por se tratar de contrato por preço unitário, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos, considerando-se, sempre, os preços unitários propostos.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

§ 1º A execução do objeto terá início na data da publicação do instrumento contratual.

§ 2º A Contratada prestará os serviços obedecendo a jornada de trabalho com intervalos para alimentação, de acordo com a legislação em vigor, conforme postos de trabalho, locais, períodos semanais e horários estabelecidos na Cláusula Sexta.

§ 3º O número de vigilantes, locais/postos e/ou horários de trabalho poderão sofrer alterações conforme a necessidade do SAMAE, sendo que, a Contratada será comunicada com antecedência de 05 (cinco) dias úteis das possíveis alterações. Sempre que houver alteração, o valor a ser pago pelos serviços prestados será proporcionalmente aumentado ou reduzido, de acordo com o preço constante da proposta.

§ 4º Os Postos Volantes compreendem as necessidades eventuais do SAMAE, para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, onde se fizer necessário, com todas as condições, responsabilidades e requisitos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

§ 5º O SAMAE comunicará, formalmente, à Contratada, sobre a necessidade de utilização dos Postos Volantes, podendo, os mesmos, não serem utilizados durante a execução do Contrato. A contraprestação financeira ocorrerá, somente, se utilizados os serviços correspondentes, pelo número de dias em que forem utilizados.

§ 6º O SAMAE, a qualquer momento, poderá solicitar rodízio dos Vigilantes, nos postos de serviço, quando achar necessário e quando verificado o descumprimento das atividades, objeto deste termo, bem como, poderá solicitar a substituição dos vigilantes.

§ 7º A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento da notificação, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato, e independente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer funcionário, cuja atuação, permanência e/ou comportamento, sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

§ 8º A Contratada deverá solicitar autorização à Contratante, quando houver alteração do quadro funcional, designado para a execução dos serviços, apresentando as devidas documentações do novo quadro.

§ 9º A Contratada deverá providenciar substituições dos profissionais, em intervalos para refeições e em casos de faltas, férias, licenças e outros afastamentos.

§ 10 A Contratada deverá providenciar a reposição, imediata, do funcionário que não comparecer ao posto de trabalho.

§ 11 A Contratada deverá fornecer, a todos os vigilantes, os uniformes personalizados, aprovados pelo Ministério de Justiça, crachás de identificação, equipamentos de proteção individual – EPI’s e/ou coletiva – EPC’s, armas, munição, sistema de comunicação por telefonia móvel, no mínimo para o Supervisor/Preposto de todos os postos de serviços de vigilância, e demais acessórios que se fizerem necessários ao exercício do serviço contratado.

§ 12 O crachá deverá conter a identificação da Contratada, o nome do funcionário, sua foto recente, grupo sanguíneo e o fator Rh.

§ 13 A Contratada deverá propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes:

- I. Uniformes, equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, adequados às tarefas que executam e às condições climáticas.
- II. Equipamentos e materiais tais como: telefonia móvel quando for o caso, lanternas recarregáveis, livros de capa dura numerados tipograficamente, para registro de ocorrências, bastão de ronda, entre outros.

§ 14 A Contratada deverá fornecer a cada vigilante, no início do contrato, no mínimo, os seguintes uniformes por ano e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a seguir descrito:

- I. Calça, 02 (duas) unidades;
- II. Camisa de manga comprida, 02 (duas) unidades;
- III. Camisa de manga curta, 02 (duas) unidades;
- IV. Cinto de nylon, 01 (uma) unidade;
- V. Sapatos ou coturnos, 02 (dois) pares;
- VI. Boné ou quepe com emblema da empresa, 01 (uma) unidade;
- VII. Jaqueta de frio ou japona, 01 (uma) unidade;
- VIII. Suéter ou pulôver, 01 (uma) unidade;
- IX. Botas de chuva, 01 (um) par;
- X. Capa do colete balístico, 02 (duas) unidades;
- XI. Crachá, 01 (uma) unidade.

§ 15 A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e utensílios necessários, nas quantidades estimadas mínimas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- I. Revólver calibre 38, no total de 29 (vinte e nove) armas;
- II. Munição calibre 38, sendo um blister com 10 unidades para cada arma utilizada;
- III. Cinto com coldre, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- IV. Lanterna tática recarregável, no total de 28 (vinte e oito) unidades, sendo uma para cada posto noturno, com no mínimo duas baterias para cada lanterna;
- V. Colete balístico, no total de 57 (cinquenta e sete) unidades, sendo um para cada posto diurno e um para cada posto noturno;

- VI. Rádio HT, com no mínimo duas baterias para cada rádio, no total de 07 (sete) rádios, sendo 03 (três) para os postos de trabalho localizados no Complexo Parque da Imprensa, 02 (dois) para os postos de trabalho localizados no Complexo Visconde de Pelotas e 02 (dois) para os postos de trabalho localizados na ETE Tega;
- VII. Livro de ocorrências, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- VIII. Capa de chuva, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- IX. Bastão de ronda, no total de 18 (dezoito) unidades, sendo 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Complexo Parque da Imprensa, 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Complexo Visconde de Pelotas, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Faxinal, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Maestra, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Marrecas, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Celeste Gobatto, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Borges de Medeiros, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Morro Alegre, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Samuara, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Ana Rech, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Belo, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Canyon, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Pena Branca, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Pinhal, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Samuara, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Tega, 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Centro de Reservação Jardim das Hortências e 01 (um) para os postos de trabalho localizados na Sede Administrativa.

§ 16 São 29 (vinte e nove) unidades de revólver, blister de munição, cinto com coldre, livro de ocorrência e capa de chuva; 28 (vinte e oito) unidades de lanterna; 07 (sete) unidades de rádio e 18 (dezoito) unidades de bastão de ronda, pois os postos 12x36 diurno e noturno, localizados em cada prédio, passam esses equipamentos de um para o outro.

§ 17 A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços para os empregados.

§ 18 Os equipamentos acima descritos deverão ser fornecidos ao vigilante no momento da implantação dos postos.

§ 19 A prestação dos serviços de vigilância patrimonial, nos postos fixados pela Contratante, envolve a alocação, pela Contratada, de profissionais devidamente habilitados e qualificados, apresentando as respectivas Carteiras Nacional de Vigilantes, nos termos da Portaria nº 891, de 12 de agosto de 1999 e alterações, do Departamento de Polícia Federal e demais normas vigentes, a fim de exercerem, com eficiência, as atribuições atinentes a suas funções.

§ 20 Condições para execução dos serviços:

- I. Assumir o posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada, e manter a postura profissional compatível com a função.
- II. Apresentar seus funcionários para executar os serviços devidamente uniformizados, exigindo-se que exista homogeneidade dos fardamentos (mesmo tipo e cor),

devendo-se apresentar, invariavelmente, limpos e identificados através de crachás com fotografias recentes.

- III. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração das instalações e outros de interesse, objetivando um melhor desempenho das suas atividades.
- IV. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como aquelas que entenderem oportunas.
- V. Permitir o ingresso nas instalações da Contratada somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
- VI. Fiscalizar a entrada e a saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de servidores autorizados a estacionarem seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados.
- VII. Colaborar com as Polícias Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- VIII. Controlar a entrada e saída de veículos, servidores e visitantes, após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em controle.
- IX. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes sejam devidos e previamente autorizados pela Contratante.
- X. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato à Contratante.
- XI. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de servidores ou de terceiros.
- XII. Executar a(s) ronda(s) diária nos postos designados, conforme a orientação recebida da Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações.
- XIII. Colaborar, nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança.
- XIV. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações, recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.
- XV. Desligar a energia elétrica e alarmes, quando necessário e solicitado pela Fiscalização do Contrato.

§ 21 A Contratada se responsabilizará por furtos de quaisquer objetos, pertencentes aos seus vigilantes e seus funcionários, nos locais de guarnição.

§ 22 É proibido, na área de atuação do Vigilante, se entreter com celulares, notebooks, tablets e outros objetos que lhe tire a concentração necessária para o patrulhamento.

§ 23 É proibido, na área de atuação do Vigilante, se ausentar do posto.



§ 24 Consoante os procedimentos cabíveis dos serviços de vigilância, na ocorrência de irregularidades, os profissionais deverão registrar, em documento próprio, os assuntos pertinentes e comunicar, imediatamente, aos seus superiores e a Fiscalização do Contrato.

§ 25 Na iminência de situações de caráter grave, os vigilantes da Contratada, deverão informar, imediatamente, à autoridade policial e por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à Fiscalização do Contrato.

§ 26 Os postos devem ser assistidos, ininterruptamente, por Supervisor/Preposto e com no mínimo, um veículo de apoio para administração, fiscalização, orientação e emergências por parte da Contratada, com custos inclusos nos preços ofertados; a supervisão dos serviços prestados deverá ser constante e diária.

§ 27 Ao Supervisor/Preposto, ao qual todos os Vigilantes serão subordinados, competirá as seguintes atribuições:

- I. supervisionar a perfeita execução dos serviços contratados;
- II. garantir a presença de Vigilantes em todos os postos de serviço contratados;
- III. garantir que todos os Vigilantes estejam cumprindo todas as determinações contratuais;
- IV. informar, imediatamente, à Contratante sobre quaisquer incidentes;
- V. elaborar e encaminhar os relatórios solicitados, sobre a sua efetividade e dos Vigilantes e, sobre os serviços prestados em todos os postos, incluindo ocorrências e demais incidentes registrados;
- VI. providenciar a substituição de vigilantes, sempre que necessário;
- VII. elaborar a escala de serviço;
- VIII. manter fiscalização volante, para supervisionar e prestar acompanhamento aos postos de serviços, através de veículo.

§ 28 Constituem especificações dos serviços de vigilância armada:

- I. Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas;
- II. Realizar rondas nas áreas sob vigilância;
- III. Encaminhar à recepção pessoas estranhas aos quadros do SAMA E;
- IV. Prestar auxílio ao pessoal da recepção;
- V. Impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas;
- VI. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas;
- VII. Manter rigoroso controle sobre os veículos particulares que estiverem nos estacionamentos da Autarquia, quando houver, durante o período de expediente;
- VIII. Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos da Autarquia, quando houver;
- IX. Verificar quaisquer anormalidades com veículos, comunicando-as aos seus respectivos proprietários;
- X. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé;
- XI. Informar, imediatamente, a Fiscalização do Contrato sobre quaisquer anormalidades;
- XII. Atender com prontidão quaisquer determinações da Fiscalização do Contrato;
- XIII. Manter a guarda do posto;



- XIV. Abrir e fechar as portas dos prédios da Autarquia, no início e final do expediente;
- XV. Realizar outras atividades inerentes à função e ao objeto do contrato.

§ 29 Constituem regras gerais a serem observadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho objetos deste documento:

- I. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela pelo Supervisor/Preposto;
- II. Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado e com unhas aparadas;
- III. Manter cabelos cortados e/ou presos;
- IV. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do SAMAE;
- V. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- VI. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- VII. Cumprir as normas internas do órgão;
- VIII. Zelar pela preservação do patrimônio do SAMAE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- IX. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- X. Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do SAMAE para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- XI. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- XII. Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- XIII. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- XIV. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- XV. Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- XVI. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- XVII. Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- XVIII. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao Supervisor/Preposto, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- XIX. Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do SAMAE, providenciando para que sejam encaminhados à Fiscalização do Contrato ou ao Supervisor/Preposto;
- XX. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- XXI. Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do SAMAE;
- XXII. Tratar a todos com urbanidade;

- XXIII. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de Fiscalização do Contrato;
- XXIV. Não participar, no âmbito da Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

§ 30 As atividades, nos postos de vigilância patrimonial armada, deverão contemplar o atendimento às necessidades de segurança da Contratante e, também, as particularidades de cada posto, elencados, a seguir:

POSTO	LOCAL	PARTICULARIDADES
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 – Diurno	<p>Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMAE, bem como a identificação dos respectivos motoristas. No final do expediente, verificar se as portas e janelas estão devidamente fechadas (Seção de Manutenção Eletromecânica, Refeitório e Querência).</p> <p>Controlar o acesso de pessoas e veículos nas dependências, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizados.</p> <p>Prestar as informações solicitadas.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.</p> <p>Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p> <p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p>
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 – Noturno	
3	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 – Diurno	
4	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 – Noturno	
5	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica - Diurno	
6	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica - Noturno	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo os que não estão previamente autorizados, bem como o acesso de pessoas.</p> <p>Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMAE, bem como a identificação dos respectivos motoristas.</p> <p>Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p>
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 – Noturno	
9	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 – Diurno	
10	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 – Noturno	
11	EBAB Faxinal – Diurno	
12	EBAB Faxinal – Noturno	
13	EBAB Maestra - Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo os que não estão previamente autorizados, bem como o acesso de pessoas.</p> <p>Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMAE, bem como a identificação dos respectivos motoristas.</p> <p>Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p>
14	EBAB Maestra – Noturno	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem - Noturno	
17	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso – Diurno	
18	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso - Noturno	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	
20	ETA Celeste Gobatto - Noturno	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	
22	ETA Borges de Medeiros - Noturno	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	
24	ETA Morro Alegre – Noturno	
25	ETA Samuara – Diurno	
26	ETA Samuara – Noturno	

27	ETE Ana Rech – Diurno	
28	ETE Ana Rech - Noturno	
29	ETE Belo – Diurno	
30	ETE Belo – Noturno	
31	ETE Canyon – Diurno	
32	ETE Canyon – Noturno	
33	ETE Pena Branca – Diurno	
34	ETE Pena Branca – Noturno	
35	ETE Pinhal – Diurno	
36	ETE Pinhal – Noturno	
37	ETE Samuara – Diurno	
38	ETE Samuara – Noturno	
39	ETE Tega – Guarita de Acesso – Diurno	
40	ETE Tega – Guarita de Acesso – Noturno	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	
42	ETE Tega – Guarita Interna - Noturno	
43	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Diurno	
44	Reserva Natural Parque dos Pinhais - Noturno	
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Diurno	
46	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Noturno	
47	Seção de Almoxarifado – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>Investigar quaisquer condições anormais.</p> <p>Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio e do pátio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas.</p>
48	Seção de Almoxarifado - Noturno	<p>Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.</p> <p>Ligar e desligar o alarme.</p> <p>Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.</p>
49	Sede Administrativa – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>No início do expediente, abrir portas e janelas e, no final do expediente, verificar se as mesmas estão devidamente fechadas.</p> <p>Investigar quaisquer condições anormais.</p>
50	Sede Administrativa - Noturno	<p>Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes.</p> <p>Controlar o acesso de pessoas, nas dependências do prédio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas, registrando, no sistema, nome e número de documentos das pessoas visitantes, entregando-lhes o crachá, previamente autorizadas.</p> <p>Fora do expediente, deverá manter a porta central fechada e abrindo, para pessoal devidamente autorizado, sempre que for</p>
51	Loja Comercial – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio na área comercial.</p> <p>No início do expediente, abrir portas e janelas e, no final do expediente, verificar se as mesmas estão devidamente fechadas.</p>

52	Loja Comercial - Noturno	Investigar quaisquer condições anormais. Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes. Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio, restringindo o acesso, se não estiverem, previamente, autorizadas. Fora do expediente, deverá manter a porta central fechada e abrindo, para pessoal devidamente autorizado, sempre que for solicitado.
53	Garagem Loja Comercial - Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo o acesso de pessoas e veículos, se não estiverem previamente autorizadas. Zelar pela ordem e asseio no local. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.
54	Seção de Hidrometria – Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Prestar informações solicitadas. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências. Zelar pela ordem e asseio no local.
55	Seção de Hidrometria – Noturno	Investigar quaisquer condições anormais. Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio e do pátio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Ligar e desligar o alarme. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.

§ 31 A Contratada deverá instalar equipamentos em locais específicos da área a ser vigiada a serem definidos em conjunto com a Fiscalização do Contrato, a fim de termos o controle da circulação dos vigilantes nessas áreas - Ronda eletrônica (bastão de ronda). Os relatórios das rondas eletrônicas deverão ser fornecidos por meio digital à Contratante, quinzenalmente e, independente do período, sempre que solicitado pela Fiscalização.

§ 32 As Rondas Eletrônicas deverão ser realizadas, no mínimo, nos seguintes postos, conforme tabela abaixo:

POSTO	LOCAL	POSTO	LOCAL
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno
11	EBAB Faxinal – Diurno	12	EBAB Faxinal – Noturno
13	EBAB Maestra – Diurno	14	EBAB Maestra – Noturno
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	20	ETA Celeste Gobatto – Noturno
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	22	ETA Borges de Medeiros – Noturno
23	ETA Morro Alegre – Diurno	24	ETA Morro Alegre – Noturno
25	ETA Samuara – Diurno	26	ETA Samuara – Noturno
27	ETE Ana Rech – Diurno	28	ETE Ana Rech – Noturno
29	ETE Belo – Diurno	30	ETE Belo – Noturno
31	ETE Canyon – Diurno	32	ETE Canyon – Noturno
33	ETE Pena Branca – Diurno	34	ETE Pena Branca – Noturno
35	ETE Pinhal – Diurno	36	ETE Pinhal – Noturno
37	ETE Samuara – Diurno	38	ETE Samuara – Noturno
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno
45	Centro de Reservação Jardim das Hortências – Diurno	46	Centro de Reservação Jardim das Hortências – Noturno
49	Sede Administrativa – Diurno	50	Sede Administrativa – Noturno

§ 33 Conforme interesse/necessidade do SAMA E, as rondas eletrônicas poderão ser instaladas em outros postos.

§ 34 As rondas eletrônicas deverão ser realizadas, independentemente das condições climáticas, conforme seguintes parâmetros, salvo determinação diversa pela Contratante:

POSTO	LOCAL	RONDAS
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	Nos horários de grande fluxo de veículos (início e término de cada turno) não haverá a realização de rondas, devido à necessidade de anotações das quilometragens dos veículos. Esses horários são: - Das 07:00hs às 08:00hs; - Das 11:00hs às 12:00hs; - Das 13:00hs às 14:00hs e; - Das 17:00hs às 18:00hs. Nos demais horários, a Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	Nos horários de grande fluxo de veículos (início e término de cada turno) não haverá a realização de rondas, devido à necessidade de anotações das quilometragens dos veículos. Esses horários são: - Das 07:00hs às 08:00hs; - Das 11:00hs às 12:00hs; - Das 13:00hs às 14:00hs e; - Das 17:00hs às 18:00hs. Nos demais horários, a Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
11	EBAB Faxinal – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
12	EBAB Faxinal – Noturno	
13	EBAB Maestra – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
14	EBAB Maestra – Noturno	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
20	ETA Celeste Gobatto – Noturno	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
22	ETA Borges de Medeiros – Noturno	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
24	ETA Morro Alegre – Noturno	
25	ETA Samuara – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
26	ETA Samuara – Noturno	
27	ETE Ana Rech – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
28	ETE Ana Rech – Noturno	
29	ETE Belo – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
30	ETE Belo – Noturno	
31	ETE Canyon – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
32	ETE Canyon – Noturno	
33	ETE Pena Branca – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
34	ETE Pena Branca – Noturno	
35	ETE Pinhal – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
36	ETE Pinhal – Noturno	
37	ETE Samuara – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
38	ETE Samuara – Noturno	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno	
45	Centro de Reservação Jardim das Hortências - Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
46	Centro de Reservação Jardim das Hortências – Noturno	
49	Sede Administrativa – Diurno	De segunda-feira a sexta-feira, durante o período diurno, não haverá ronda, pois há grande circulação de pessoas, e é necessária a permanência constante da vigilância na portaria. De segunda-feira a sexta-feira, durante o período noturno, a ronda deverá ser
50	Sede Administrativa – Noturno	

		feita, no mínimo, a cada 02 horas, do intervalo das 21:00hs às 05:00hs. Nos finais de semana, no sábado pela manhã, em virtude de acesso de servidores para trabalhar no local, a ronda não será realizada no turno da manhã. A partir das 13:00hs de sábado, a ronda deverá ser realizada, no mínimo, a cada 02 horas, até às 05:00hs da segunda-feira.
--	--	--

§ 35 Correrá às expensas da Contratada, os salários e remuneração dos vigilantes, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários, multas, indenizações, seguro, assistência médica e social, risco de vida e de acidentes e adicionais diversos, bem como auxílios alimentação e transporte.

§ 36 A responsabilidade civil será da Contratada, por atos praticados pelos seus funcionários, quando da execução dos serviços contratados, isentando a Contratante de toda e qualquer responsabilidade, por danos causados pelos vigilantes a quaisquer pessoas ou bens.

§ 37 A Contratada será responsável pela indenização por danos físicos ou pela morte, acidental, de qualquer pessoa, bem como danos materiais às propriedades públicas e privadas por ela causados.

§ 38 A execução do objeto deverá obedecer fielmente às especificações constantes do Edital da Licitação e em seus anexos, às normas da ABNT, quando aplicáveis, a outras normas, quando citadas; além dos demais dispositivos legais vigentes e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a Contratada responsável pela sua readequação.

§ 39 O SAMAE reserva-se o direito de recusar os serviços que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes serão de responsabilidade da Contratada, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

§ 40 O não cumprimento dos prazos previstos poderá acarretar a rescisão do contrato, bem como a aplicação das penalidades legais e a convocação do fornecedor subsequente.

§ 41 Toda e qualquer execução fora do estabelecido será, imediatamente, notificada à Contratada que ficará obrigada a providenciar sua reparação no prazo estipulado pela Autarquia, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

Não se aplica à contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, PERÍODOS E HORÁRIOS DE EXECUÇÃO**

Os serviços de vigilância patrimonial armada serão executados nas unidades do SAMAE, conforme quadro abaixo, que compreende a quantidade de postos de trabalho, locais, períodos semanais e horários:

POSTO	LOCAL	ENDEREÇO	FUNCIONÁRIOS POR POSTO	HORÁRIO	PERÍODO SEMANAL
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	R. Nestor Moreira, 719, B. N.S. Lourdes	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno		02	19h às 07h	
3	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 - Diurno		02	07h às 19h	
4	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno		02	19h às 07h	
5	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica – Diurno		02	07h às 19h	
6	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica - Noturno		02	19h às 07h	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	R. Visconde de Pelotas, 456, B. Madureira	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno		02	19h às 07h	
9	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Diurno		02	07h às 19h	
10	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno		02	19h às 07h	
11	EBAB Faxinal – Diurno	Estância Boca da Serra, 2300, B. Ana Rech	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
12	EBAB Faxinal – Noturno		02	19h às 07h	
13	EBAB Maestra – Diurno	Estrada Adolfo Randazzo, 82, B. Santa Fé	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
14	EBAB Maestra – Noturno		02	19h às 07h	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	Travessão Soares, 89, Distrito de Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno		02	19h às 07h	
17	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso – Diurno		02	07h às 19h	
18	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso - Noturno		02	19h às 07h	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	R. Tenente Coronel Durval Alvarenga Souto Maior, 3181, B. Pioneiro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
20	ETA Celeste Gobatto – Noturno		02	19h às 07h	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	R. Heitor Curra, 40 - B. Madureira	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
22	ETA Borges de Medeiros – Noturno		02	19h às 07h	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	Estrada Patrício Pasquali, 601, Distrito de Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
24	ETA Morro Alegre – Noturno		02	19h às 07h	
25	ETA Samuara – Diurno	Av. Frederico Segala, 2408 - B. Forqueta	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
26	ETA Samuara – Noturno		02	19h às 07h	
27	ETE Ana Rech – Diurno	Continuação da Av. Rio Branco, s/n, B. Ana Rech	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
28	ETE Ana Rech – Noturno		02	19h às 07h	
29	ETE Belo – Diurno	Estrada Municipal da Uva, 4501, B. Desvio Rizzo	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
30	ETE Belo – Noturno		02	19h às 07h	
31	ETE Canyon – Diurno	Estrada Adolfo Randazzo, 1580, B. Canyon	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
32	ETE Canyon – Noturno		02	19h às 07h	



33	ETE Pena Branca – Diurno	Estrada Municipal Cláudio Formolo, 2310, B. São Virgílio	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
34	ETE Pena Branca – Noturno		02	19h às 07h	
35	ETE Pinhal – Diurno	R. João Orestes Faoro, 1200, B. Planalto	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
36	ETE Pinhal – Noturno		02	19h às 07h	
37	ETE Samuara – Diurno	Rua Jayme Guilherme Muratore Filho, 3633, B. São Giacomio	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
38	ETE Samuara – Noturno		02	19h às 07h	
39	ETE Tega – Guarita de Acesso - Diurno	Travessão Thompson Flores, 167, B. Matioda	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
40	ETE Tega – Guarita de Acesso – Noturno		02	19h às 07h	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno		02	07h às 19h	
42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno		02	19h às 07h	
43	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Diurno	Rodovia Rota do Sol, Km 171 – Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
44	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Noturno		02	19h às 07h	
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Diurno	Rua Ana Catharina Canali, 1112 – B. São Cristóvão	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
46	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Noturno		02	19h às 07h	
47	Seção de Almoxarifado – Diurno	R. Jacinto Madalosso, 211 - B. Pio X	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
48	Seção de Almoxarifado – Noturno		02	19h às 07h	
49	Sede Administrativa – Diurno	R. Pinheiro Machado, 1615 - B. Centro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
50	Sede Administrativa – Noturno		02	19h às 07h	
51	Loja Comercial – Diurno	R. Pinheiro Machado, 1631 – B. Centro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
52	Loja Comercial – Noturno		02	19h às 07h	
53	Garagem Loja Comercial – Diurno		02	07h às 19h	
54	Seção de Hidrometria – Diurno	R. Jacinto Madalosso, 211 - B. Pio X	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
55	Seção de Hidrometria – Noturno		02	19h às 07h	
56	Posto Volante – Diurno	Onde se fizer necessário	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
57	Posto Volante – Noturno		02	19h às 07h	

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Esta exigência não se aplica à contratação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO OBJETO

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§1º A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, de acordo com o estabelecido no art. 10 do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021.

§ 2º A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, considerará os seguintes critérios:

- I. a Contratada emitirá nota fiscal/fatura, no valor do serviço contratado;
- II. o primeiro e o último pagamentos serão proporcionais ao número de dias trabalhados do período referente à prestação de serviços;
- III. o pagamento somente será efetuado após a liberação da nota/fatura apresentada pela Contratada e apresentação dos demais documentos exigidos.

§ 3º Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico, administrativo ou setorial, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, de acordo com o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e, após a comunicação formal da Contratada ao SAMA E, que fará suas considerações e relatórios de pendências, se for o caso.

§ 4º A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

§ 5º Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 6º Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- I. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- II. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentados;
- III. comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- IV. enviar a documentação pertinente à área competente, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

§ 7º No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e

quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

§ 8º Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

§ 9º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

§ 10 Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar;
- V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da Contratada), e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

§ 11 A nota fiscal deverá ser entregue na Superintendência de Orçamento, Finanças e Licitações, acompanhada do respectivo boletim de medição, se aplicável, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 12 As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para os e-mails: [contabilidade@samaecaxias.com.br](mailto:contabilidade@samaecaxias.com.br), [escalginsky@samaecaxias.com.br](mailto:escalginsky@samaecaxias.com.br), [npiccoli@samaecaxias.com.br](mailto:npiccoli@samaecaxias.com.br) e [fmanara@samaecaxias.com.br](mailto:fmanara@samaecaxias.com.br).

§ 13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

§ 14 Apresentação dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, à exceção da primeira medição, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, ficando, o pagamento, condicionado à comprovação da quitação das obrigações relativas ao Contrato:

- I. No primeiro mês da prestação dos serviços:
  - a) relação dos empregados vinculados ao contrato, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número do RG e do CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, em planilha formato .xlsx;
  - b) cópia da anotação do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;

- c) ficha de registro de empregado e contrato de trabalho;
- d) cópia dos exames/atestados médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- e) cópia da solicitação/renúncia de vale-transporte.

II. Mensalmente, em arquivos agrupados, conforme os subitens:

- a) folha de pagamento mensal, acompanhada dos comprovantes de pagamento da remuneração referente ao mês do documento fiscal e/ou arquivos de retorno bancário que comprovem a quitação dos salários, do pessoal alocado para efetuar os serviços referentes ao objeto do contrato;
- b) relatório individual de efetividade da equipe designada para execução dos serviços (cartão-ponto ou folha-ponto);
- c) protocolo do envio de arquivos da Conectividade Social, relação dos tomadores constantes no arquivo SEFIP, resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP e relatório analítico da GRF, correspondente ao mês do documento fiscal;
- d) guia(s) de recolhimento do FGTS e comprovante(s) de pagamento de acordo com o relatório analítico da GRF correspondente ao mês do documento fiscal;
- e) guia(s) de recolhimento dos encargos sociais – GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e comprovante(s) de pagamento de acordo com o resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP, correspondente ao mês do documento fiscal ou outro documento que legalmente o substitua;
- f) comprovantes de pagamento de benefícios suplementares que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), individualizados por funcionário terceirizado e com identificação do período a que se referem, correspondente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços a que se refere o documento fiscal;
- g) certidões de regularidade, atualizadas e validadas até o prazo de pagamento estipulado no contrato:
  - 1. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
  - 2. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da Contratada.
  - 3. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da Contratada;
  - 4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
  - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- h) declaração informando o quantitativo atualizado dos seus empregados vinculados ao contrato com os respectivos nomes.

III. Quando ocorrer o evento, em arquivos agrupados, conforme os subitens:

- a) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- b) contracheques e/ou folha de pagamento com os respectivos comprovantes de

- pagamento do 13º salário;
- c) aviso, recibo e comprovante de pagamento de férias, na forma da Lei;
- d) documentação admissional de funcionários que passem a prestar serviços para este contrato;
- e) documentação demissional:
1. cópia do termo de rescisão, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  2. cópia do comprovante de pagamento das verbas rescisórias;
  3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  5. cópia do aviso prévio ou pedido de dispensa;
  6. cópia do registro de empregado atualizado;
  7. cópia da anotação do desligamento na CTPS;
  8. cópia do exame demissional;
  9. outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

§ 15 Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 16 A qualquer tempo o SAMAE poderá solicitar outros documentos, além dos já mencionados.

§ 17 A documentação deverá ser salva em formato PDF e encaminhada preferencialmente por e-mail, em pen-drive ou disponibilizada em nuvem.

§ 18 O pagamento será efetuado, após a liberação da fiscalização do contrato, no 10º (décimo) dia útil. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 19 A ordem cronológica de exigibilidade, de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal n.º 23.342, de 29 de outubro de 2024, terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação da despesa.

§ 20 No caso de atraso do pagamento pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada. Não serão realizados pagamentos através de boletos bancários.

§ 22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

§ 23 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

§ 24 Poderão ser adotadas as medidas estabelecidas no § 3º do art. 121, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EQUIPE E DA IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS**

§ 1º Identificação do responsável da Contratada para contato e pela solução dos problemas que porventura venham a ocorrer:

Nome: Luiz Alfonso Fregulia

Telefone: (41) 3026-6903

E-mail: [licitacoes@betron.com.br](mailto:licitacoes@betron.com.br)

§ 2º A Contratada deverá observar o § 6º, do art. 67, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços.

§ 3º Em atendimento ao subitem 4.6, do Termo de Referência – Anexo I do Edital da Licitação, a Contratada apresentou a seguinte documentação, em comprovação:

- Declaração de que até o dia de início da execução dos serviços entregará à Fiscalização do Contrato: comprovação do vínculo dos profissionais alocados para a execução do objeto, através do ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa, da carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional e/ou contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo profissional e pelo responsável legal da licitante; a comprovação de propriedade ou contrato de locação de um veículo, que ficará à disposição do Supervisor/Preposto da proponente vencedora; relação pormenorizada dos uniformes, equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, bem como dos equipamentos a serem utilizados (armas, coletes, cintos, coldre e demais equipamentos indispensáveis à realização dos trabalhos), para cada posto de execução dos serviços; registros de todas as armas disponíveis, em quantidade, mínima, necessária ao cumprimento integral do objeto; relação de seus empregados, acompanhada dos documentos que indicam sua idoneidade (Alvará de Folha Corrida), documento de identidade e formação técnica (Carteira Nacional de Vigilante); relação das linhas habilitadas de telefone móveis, utilizados na execução dos serviços.

- Designação de preposto em nome de Luiz Alfonso Fregulia (Preposto Geral – para assinatura junto ao SAMA E), Rosimar Ferla (Preposto para Assuntos Operacionais) e Francieudo Sousa de Oliveira (Preposto que atuará junto aos funcionários que prestarão serviço para o SAMA E).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

A execução do objeto deverá ser realizada, exclusivamente, pela Contratada, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou

total, do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, conforme nominata apresentada no Termo de Designação de Fiscalização e Gestão Contratual. Os indicados serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção.

§ 2º A Fiscalização e a Gestão do contrato serão exercidas no interesse do serviço e devem atender às disposições do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

§ 3º A fiscalização exercida não exclui, nem reduz, a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º A Fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à Contratada qualquer indenização pelos custos decorrentes.

§ 5º Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem qualquer ônus para o SAMA E.

§ 6º As impugnações efetuadas pela Fiscalização deverão ser corrigidas, refeitas ou substituídas, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da Contratada.

§ 7º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução do objeto, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

§ 8º A Contratada deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado.

§ 9º São de competência e de responsabilidade da Fiscalização e da Gestão contratual, sem prejuízo do estabelecido no Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações:

- I. fazer visitas necessárias de inspeção, verificando se a execução está de acordo com os projetos, especificações e cronogramas;
- II. priorizar, retardar ou interromper a execução dos serviços, ou de algum serviço especial,



de modo a atender aos interesses do SAMAEC;

- III. atender aos chamados da Contratada para esclarecimentos;
- IV. acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas dos serviços mensais;
- V. promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- VI. convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

§ 1º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 2º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, devidamente formalizados pela Contratante, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostilamento.

§ 3º As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

§ 4º A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 5º Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

§ 6º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, pelo substituto, e pelo gestor, nos termos do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e alterações.

§ 7º Competirá à Contratante:

- I. receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório – TRP. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações da Contratante, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo – TRD;
- II. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades

- verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- III. acompanhar, receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado, através de servidor(es) especialmente designado(s);
  - IV. efetuar o pagamento no valor correspondente à contratação, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;
  - V. o SAMAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de seus empregados, prepostos ou subordinados;
  - VI. é vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada cumprirá todas as obrigações constantes neste Instrumento e no Edital da Licitação, seus anexos, bem como em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, no que couber:

- I. cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
- III. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Termo de Referência – Anexo I do Edital;
- IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- V. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAE, inerentes ao objeto da presente contratação;
- VI. informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados;
- VII. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- VIII. responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da execução devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio;
- IX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

- X. chamar, com antecedência prévia, a fiscalização da Contratante, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários;
- XI. refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, no prazo estabelecido, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes;
- XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIII. indenizar terceiros e ao SAMA E os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação;
- XIV. informar ao SAMA E, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados;
- XV. manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos;
- XVI. observar as normas regulamentadoras da medicina e segurança do trabalho, visando a prevenção de acidentes decorrentes da execução dos serviços;
- XVII. atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção individual – EPIs, cavaletes, cones, placas de sinalização, etc.), bem como as recomendações e exigências das normas regulamentadores de segurança na prestação de serviços, além dos procedimentos internos e normas de segurança do SAMA E;
- XVIII. fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados nas frentes de trabalho;
- XIX. responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção de todos os veículos, equipamentos, ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à execução dos serviços;
- XX. proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual;
- XXI. fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e manutenção de tais equipamentos;
- XXII. fornecer e instalar todos os materiais e equipamentos previstos;
- XXIII. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a Contratada, relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência nesse sentido;
- XXIV. manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura aos seus funcionários;
- XXV. solucionar qualquer problema verificado com os serviços, durante o período de garantia, sem qualquer custo para o SAMA E;
- XXVI. observar a legislação trabalhista e previdenciária quanto ao pessoal empregado nos serviços de que trata este Instrumento, sem qualquer ônus para o SAMA E;
- XXVII. realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a

- capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando aplicável;
- XXVIII. responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do SAMA E, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública;
- XXIX. selecionar, preparar rigorosamente e manter equipe de funcionários treinados e capacitados para o desempenho das atividades, zelando para que a equipe seja formada por pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- XXX. indenizar danos ou prejuízos eventualmente causados por seus funcionários a terceiros e às instalações, mobiliários, máquinas e todos os demais pertences do SAMA E, incluídas as hipóteses de perda ou extravio;
- XXXI. manter sigilo sobre todas as informações sob sua responsabilidade. A divulgação ou uso de informações internas do SAMA E deve, obrigatoriamente, ter autorização da autoridade competente;
- XXXII. cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- XXXIII. comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- XXXIV. não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade Contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- XXXV. substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento da notificação, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato, e independente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer funcionário, cuja atuação, permanência e/ou comportamento, sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- XXXVI. em caso de greve da categoria, manter o atendimento mínimo, de acordo com o que determina a Lei Federal n.º 7.783, de 28 de junho de 1989;
- XXXVII. entregar à Fiscalização do Contrato a documentação indicada no subitem 4.6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital;
- XXXVIII. observar as Leis, Decretos, regulamentos e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto;
- XXXIX. responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por acidentes na realização dos serviços, especialmente onde for comprovada negligência, imperícia e não observância das Normas de Segurança pertinentes;
- XL. responder perante o SAMA E e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços;
- XLI. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação e normas vigentes;
- XLII. implantar, imediatamente após a publicação deste Instrumento, os respectivos postos

- de trabalho de acordo com os dias e horários fixados;
- XLIII. comprovar e manter em vigor a formação técnica específica de todos os vigilantes, mediante apresentação da Carteira Nacional de Vigilante, expedida por instituição devidamente habilitada e reconhecida, bem como quanto à periodicidade dos cursos de reciclagem, entregando cópia dos documentos respectivos à Contratante;
- XLIV. disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados;
- XLV. efetuar a reposição de vigilantes, nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, de acordo com a legislação em vigor;
- XLVI. comunicar à fiscalização do Contrato, toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão, de qualquer membro da equipe, que esteja prestando serviços;
- XLVII. assegurar que todo vigilante que cometer falta disciplinar não será mantido no posto ou quaisquer outras instalações da Contratante;
- XLVIII. efetuar avaliações, em conjunto com a Contratante, quanto à necessidade de substituição de vigilantes e Supervisor/Preposto, promovendo, de imediato, a substituição, quando considerados não qualificados ou entendidos como inadequados, prejudiciais ou insatisfatórios para a prestação dos serviços;
- XLIX. assumir todas as responsabilidades, tomando medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- L. manter constante controle de frequência/pontualidade dos seus vigilantes sob contrato;
- LI. manter em vigor e providenciar todas as licenças que sejam necessárias à execução dos serviços, entregando cópia à Contratante, ficando a seu encargo as respectivas despesas;
- LII. fornecer as armas, munições e respectivos acessórios aos vigilantes, no momento da implantação dos postos e mantê-los com os mesmos, durante todo o horário de execução dos serviços no respectivo posto;
- LIII. manter atualizada e apresentar à Contratante, sempre que exigida, a relação de armas que serão utilizadas no cumprimento do Contrato e cópias xerográficas dos respectivos “Certificado de Registro de Arma de Fogo” e “Porte de Arma”, de acordo com a Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e alterações, que dispõe sobre a aquisição, o cadastro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM;
- LIV. manter a munição utilizada, sempre, dentro da legalidade e da sua validade;
- LV. providenciar a manutenção periódica e constante do armamento, tais como: limpeza, lubrificação e avaliação de suas condições de uso para que estejam em condições de produzir os efeitos esperados;
- LVI. garantir que as armas sejam utilizadas somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Contratante, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- LVII. responsabiliza-se pela entrega e recolhimento das armas e munições, no início e final de cada turno de trabalho, no posto onde a prestação de serviços não contempla 24

(vinte e quatro) horas, ficando por conta da Contratada os custos decorrentes do transporte respectivo (taxas, licenças, transporte, etc.). Caso a Contratada opte por deixar as armas, munições, coletes balísticos no posto de trabalho, estes equipamentos poderão ser guardados em local seguro, no próprio posto de serviço, não podendo o tomador do serviço ter acesso ao material, cuja responsabilidade pela guarda cabe exclusivamente à empresa especializada. As armas de fogo, munições e equipamentos de uso controlado guardados no posto de serviço, deverão ser acondicionados em cofre, caixa metálica ou outro recipiente análogo suficiente para a proteção e guarda de todo o equipamento e armamento, além de resistente e que seja chumbado ou concretado de modo que não possa ser deslocado ou transportado com facilidade, desde que possuam cadeados ou fechaduras de chave ou senha, as quais ficarão em poder da Contratada;

- LVIII. relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos;
- LIX. manter preposto aceito pela Contratante, para representá-la na execução do contrato; a indicação ou a manutenção do preposto poderá ser recusada, mediante justificativa, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade; o preposto, em conjunto com a Contratante, fará o acompanhamento técnico constante das atividades, fiscalizando e orientando os vigilantes, visando à qualidade da prestação dos serviços; o preposto indicado deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação, ter disponível veículo em tempo integral, telefone celular e e-mail para possíveis contatos da Contratada, sempre que for necessário;
- LX. executar os serviços de acordo com as normas internas, os regulamentos e normas disciplinares de segurança e medicina do trabalho, adotados pelo SAMA E e de acordo com a legislação em vigor;
- LXI. exigir, de seus funcionários, a obediência às normas da Contratante, principalmente, as concernentes à disciplina, segurança, medicina e higiene ocupacional;
- LXII. manter, durante toda a execução do contrato, a regularidade junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em relação às normas de saúde e segurança do trabalho, mantendo, em seu quadro, inclusive, médico ou engenheiro de segurança, que se responsabilizará pela orientação quanto à prevenção de acidentes de trabalho e dimensionamento dos EPIs, podendo a Autarquia exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento dessas obrigações;
- LXIII. obedecer toda a normatização referente à segurança do trabalho, inclusive às diretrizes estabelecidas por sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- LXIV. elaborar e implementar Programa Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- LXV. apresentar, em até 03 (três) meses da publicação do Contrato, avaliação das exposições ocupacionais a agente físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, onde conste de maneira quantitativa e qualitativa os riscos ocupacionais para cada posto de trabalho;
- LXVI. providenciar, em caso de greve no sistema de transporte coletivo da cidade, o transporte dos seus funcionários ao serviço, bem como, o retorno às suas residências, caso necessário;
- LXVII. prestar os serviços, mesmo quando em estado de greve da categoria, mantendo, nesse



- caso, esquema de emergência, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades administrativas e o cumprimento do objeto do contrato;
- LXVIII. possuir sistema com rádios para facilitar a comunicação entre vigilantes, nos postos de trabalho que exigir mais de 01 (um) vigilante;
- LXIX. otimizar a gestão de seus recursos, quer humanos ou materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante, de forma a garantir os melhores resultados;
- LXX. fornecer relatório discriminado, contendo todos os registros com cópia do livro de ocorrência, inspeções e relatos de outras ocorrências no período, sempre que solicitado pela Contratante,
- LXXI. ressarcir a Contratante pelo uso, para fins pessoais, do telefone da Contratante;
- LXXII. responder pelos prejuízos decorrentes da ocorrência de furtos ou prejuízos ao erário público, ocasionados nos locais de prestação de serviços, que tenham como causa a negligência, imprudência ou imperícia de seus agentes;
- LXXIII. manter a disciplina entre seus funcionários, sendo-lhes vedado se afastarem de seus postos ou desviarem sua atenção com conversas ou atividades estranhas as suas funções.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

§ 1º Incorre em infração administrativa a Contratada que, com dolo ou culpa, cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento, em contrato ou na legislação atinente à matéria, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

§ 2º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 3º MULTA, por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação da gravidade da inconformidade:

- I. LEVE, na razão de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
  - a) pela não entrega de qualquer documentação solicitada/exigida, nos prazos previstos, e
  - b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- II. LEVE, quando do descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada, na razão de 1% (um por cento), sobre o valor global do item/grupo, dentre elas:
  - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado, quando encerrada a fase competitiva;
  - d) deixar de apresentar amostra, quando exigível;



- e) apresentar amostra ou proposta em desacordo com as especificações do Edital.
- III. MODERADA, de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado, e
  - b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
- IV. GRAVE:
- a) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - b) de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato;
  - c) de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente, e
  - d) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo quando da subcontratação não permitida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.
- V. GRAVÍSSIMA:
- a) de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto, e
  - b) de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 4º Além das multas previstas acima, a Contratada, quando aplicável, estará sujeita às seguintes, pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado, conforme a graduação estabelecida abaixo e aplicável sobre o valor mensal da contratação:

INFRAÇÃO	INCONFORMIDADE	PERCENTUAL
Permitir a presença de empregado não uniformizado, aplicável por empregado e por ocorrência	Leve	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
Permitir que os empregados desempenhem suas funções sem o uso adequado dos epis, aplicável por empregado		
Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, aplicável por empregado		
Deixar de cumprir o horário estabelecido no contrato, aplicável por empregado e por ocorrência		
Executar as atividades em desacordo com os procedimentos operacionais padrão, aplicável por ocorrência		

Deixar de assistir/supervisionar seus empregados, nas dependências do SAMAE, na periodicidade contratualmente determinada, aplicável por ocorrência		
Deixar de entregar os relatórios de ronda eletrônica na frequência estabelecida ou sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, aplicável por ocorrência		
Deixar de efetuar a reposição de empregados faltosos, em até uma hora após o início do respectivo expediente, aplicável por empregado e por hora		
Deixar de cobrir abandonos de posto de trabalho, aplicável por empregado e por hora		
Deixar de entregar o uniforme, equipamento ou epis aos empregados nos termos exigidos no Termo de Referência – Anexo I do edital e/ou normas pertinentes, aplicável por empregado e por dia	Moderada	0,50% (cinquenta centésimos por cento)
Deixar de entregar a documentação solicitada pelo SAMAE, resultante de ações judiciais, no prazo estipulado, aplicável por ocorrência e por dia de atraso		
Deixar de substituir, após o prazo máximo de 2 dias úteis do recebimento da notificação, empregado, cuja atuação, permanência ou comportamento, sejam considerados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, aplicável por empregado e por dia		
Destruir ou danificar documentos e equipamentos do SAMAE que tenha acesso, por culpa, sem a devida reparação/restituição dos valores, aplicável por ocorrência		
Utilizar as dependências do SAMAE para fins diversos do objeto do contrato, aplicável por ocorrência	Grave	0,90% (noventa centésimos por cento)
Deixar de entregar a relação de empregados na forma prevista neste Contrato e no Termo de Referência – Anexo I do Edital, aplicável por ocorrência e por mês		
Deixar de entregar a relação de epis e o comprovante de entrega dos mesmos, sempre que solicitado pela Fiscalização, aplicável por ocorrência e por mês		
Deixar de pagar o salário nos prazos legais, aplicável por ocorrência e por dia de atraso		
Executar as atividades em desacordo com a técnica adequada e com os procedimentos operacionais padrão, aplicável por ocorrência	Gravíssima	2% (dois por cento)
Destruir ou danificar documentos e equipamentos do SAMAE que tenha acesso, por culpa, negligência ou imprudência, sem a devida reparação/restituição dos valores, aplicável por ocorrência		
Deixar de fornecer vale-transporte, auxílio-refeição/alimentação e /ou pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, nos prazos previstos em convenção ou legislação aplicável, aplicável por ocorrência e por mês		

§ 5º Quando da reincidência em irregularidades, será dobrada a multa correspondente à infração cometida, conforme § 4º, até o limite de 30% (trinta por cento).

§ 6º IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, pelo prazo de até 3 (três) anos e cancelamento, quando houver, do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, bem como demais cominações legais, quando:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao

- funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. der causa à inexecução total do objeto;
  - III. deixar de entregar a documentação exigida;
  - IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - V. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou
  - VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

§ 7º DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, que impedirá a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, quando houver, bem como demais cominações legais, quando:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- II. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial:
  - a) agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
  - b) induzir, deliberadamente, a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei Federal n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

§ 8º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 9º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual ou será cobrada judicialmente.

§ 10 A aplicação das sanções aqui previstas em hipótese alguma anula a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§ 11 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

§ 12 A aplicação de multa não impede que o SAMAE rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 13 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração

administrativa tipificada pela Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

§ 14 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

§ 15 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

§ 16 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentações, se for o caso.

§ 17 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à Contratada.

§ 18 As multas e o seu pagamento não eximirão a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 19 As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAEC, no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul – RS, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no que couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

§ 1º A Contratada, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ 450.617,88 (quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos), na modalidade de seguro-garantia, sendo R\$ 415.316,02 (quatrocentos e quinze mil e trezentos e dezesseis reais e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as condições estabelecidas no arts. 96 a 102 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; e R\$ 35.301,86 (trinta e cinco mil e trezentos e um reais e oitenta e seis centavos), acrescidos por opção da Contratada.

§ 2º As exigências referentes à garantia de execução contratual são:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;

- II. prejuízos causados à Autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo SAMAE à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;
- V. verbas rescisórias inadimplidas, no caso das contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- VI. danos causados a terceiros e/ou condenações decorrentes de responsabilidade civil da Contratada, bem como cobertura de prazo suplementar para obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes ao período do contrato;
- VII. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual;

§ 3º A modalidade seguro-garantia deverá contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior.

§ 4º A garantia responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

§ 5º A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

§ 6º A garantia prestada em dinheiro pela Contratada será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMAE, após a fiel execução do contrato, com anuência expressa dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, indicando a inexistência de óbice à liberação, se não utilizada nas formas previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e sofrerá atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 7º Reverterá a garantia a favor do SAMAE, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

O contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados da publicação do instrumento contratual, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

§ 1º Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos

contratuais, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e, quando for o caso, do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, por solicitação da Contratada, com data vinculada:

- I. à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e
- II. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§ 2º A primeira repactuação ocorrerá após o interregno mínimo de 1 (um) ano contado:

- I. da data da apresentação da proposta, em relação aos custos decorrentes do mercado, e
- II. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

§ 3º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros da última repactuação.

§ 4º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

§ 6º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do parágrafo primeiro poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 7º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

§ 8º O reajuste e a repactuação dar-se-ão, preferencialmente, por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

Constituirão motivos para extinção do contrato, independente de procedimento judicial, as

situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:

- I. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório do contrato;
- II. quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções deste Contrato, e
- III. quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

§ 1º O contrato poderá ser extinto nas hipóteses e formas previstas no Capítulo VIII da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

§ 3º Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 4º O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, e
- III. indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

A Contratada fica obrigada a:

- I. cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- II. cumprir com o estabelecido pela Contratante para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- III. guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- IV. não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- V. notificar a Contratante em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- VI. fornecer informações úteis à Contratante sobre a natureza e âmbito dos dados pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas, e
- VII. implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste contrato, a Contratante, notificará a Contratada, para, no prazo legal, contados do recebimento, justificar, por escrito, os motivos



do inadimplemento.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE**

A Contratada, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Contratante, conforme prevê a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES**

É vedado à Contratada:

- I. caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- II. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei;
- III. a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, sem autorização prévia.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contida na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

§ 1º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso, de reforma de edifício, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

§ 3º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstos na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO**

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, acompanhado das testemunhas abaixo subscritas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Caxias do Sul, 3 de junho de 2025.

**LUIZ ALFONSO  
FREGULIA:6523  
8427972**

Assinado de forma digital por LUIZ  
ALFONSO FREGULIA:65238427972  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=28213765000129,  
ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF  
A3, cn=LUIZ ALFONSO  
FREGULIA:65238427972  
Dados: 2025.06.04 16:36:45 -03'00'

Luiz Alfonso Fregulia,  
Betron Tecnologia em Segurança Ltda.



Documento assinado digitalmente  
**JOAO JOCEMAR UEZ PEZZI**  
Data: 04/06/2025 08:10:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

João Jocemar Uez Pezzi,  
Diretor-Presidente do SAMA E.

Testemunhas:

1.



Documento assinado digitalmente  
**CLARA NOGUEIRA**  
Data: 04/06/2025 17:32:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2.



Documento assinado digitalmente  
**RUBIA LOURDES DE LIMA MINUSSI**  
Data: 03/06/2025 15:41:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ELETRÔNICO N.º 90058/2025**, no dia **09 de julho de 2025**, às **9h**, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, substituição e conserto de cercamento em geral, com fornecimento de mão de obra, dos equipamentos necessários e dos materiais, a serem executados nas áreas próprias do SAMAE, em Caxias do Sul - RS, conforme Termo de Referência - Anexo I. **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90059/2025**, no dia **10 de julho de 2025**, às **9h**, que objetiva a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos da construção civil gerados nas diversas dependências do SAMAE, com locação de contêineres, caçamba média 5m³, conforme Termo de Referência - Anexo I. As licitações serão realizadas no sistema de compras do Governo Federal - ComprasNet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) - UASG 928576. Outras informações junto à Gerência de Licitações e Contratos: (54) 3220-8600, em dias úteis, das 13h às 17h; no portal [www.samaecaxias.com.br](http://www.samaecaxias.com.br), no link Licitações, e pelo e-mail [licitacao@samaecaxias.com.br](mailto:licitacao@samaecaxias.com.br). Caxias do Sul, 13 de junho de 2025. João Uez, Diretor-Presidente do SAMAE.

#### JULGAMENTO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul - RS, torna público que o Termo de Homologação, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90038/2025, para manutenção em inversores, está disponível no site [www.samaecaxias.com.br](http://www.samaecaxias.com.br), no link licitações, e no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) - UASG: 928576. Informações: (54) 3220-8600, em dias úteis, das 13h às 17h. Caxias do Sul, 13 de junho de 2025. João Uez, Diretor-Presidente do SAMAE.

#### SÚMULA

**Contrato n.º 3250590000. Pregão Eletrônico n.º 90028/2025.** Contratada: Betron Tecnologia em Segurança Ltda. - CNPJ n.º 03.229.363/0003-53. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, de forma contínua, mediante a disponibilização de vigilantes, armamentos, materiais, equipamentos e utensílios necessários, destinados ao atendimento das necessidades do SAMAE de Caxias do Sul - RS. Valor: R\$8.306.320,30 (oito milhões trezentos e seis mil e trezentos e vinte reais e trinta centavos). Vigência: 12 (doze) meses, a contar da sua publicação. Fundamentação Legal: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e demais legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e anexos que o integram. Caxias do Sul, 04 de junho de 2025. João Jocemar Uez Pezzi, Diretor-Presidente do SAMAE.

#### TERMO DE FORMALIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n.º 90030/2025. Processo Administrativo n.º 25/8070-0000942-8. Fica inexigível de licitação para contratação de vagas para participação no curso online "Amostragem em Matrizes Ambientais", em observância ao art. 74, inc. III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, em vista das justificativas e fundamentações, aprovo a realização da despesa, independente de licitação. Caxias do Sul, 13 de junho de 2025. João Jocemar Uez Pezzi, Diretor-Presidente do SAMAE.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL IPAM

#### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4/2025 (COMPRAS.GOV.BR SOB N.º 90.004/2025)

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento, instalação e garantia de porta de enrolar automática, de acordo com as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM. Edital: disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Portal de Compras do Governo Federal. Endereço eletrônico da sessão pública: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Código UASG: 929035. Abertura: 02/07/2025, às 09 horas, horário de Brasília - DF. Informações poderão ser obtidas pelo telefone (54) 3289 5415.

Em 16 junho de 2025.

GUSTAVO DA SILVA MACHADO  
Presidente do IPAM

#### EDITAL DE NOMEAÇÃO N.º 012/2025

GUSTAVO DA SILVA MACHADO, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, faz saber, através do presente Edital, que está sendo nomeado(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) em Concurso Público, o(a) qual deverá comparecer no Serviço de Pessoal, na sede do Ipam, 3.º andar, sito à Rua Pinheiro Machado, 2269, das 9:00h às 16:30h, a fim de tomar posse no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO - DAIANE FOCESATTO**. O prazo para posse é de 15 (quinze) dias a contar desta data, nos termos do artigo 17, §1.º da Lei Complementar Municipal n.º 3.673/91. O não comparecimento no prazo determinado será entendido como desistência do candidato à nomeação do referido cargo.